

# CRISE E REESTRUTURAÇÃO NO CAPITALISMO CENTRAL

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins<sup>1</sup>

Este trabalho enfoca aspectos da reestruturação tecnológico-produtiva em curso nas economias mais industrializadas desde finais dos anos 70, um tema que se inscreve nas grandes transformações observadas em escala mundial na atualidade. O texto está organizado como segue. Primeiro, aborda-se a perda de fôlego da expansão econômica do Segundo Pós-Guerra. Em seguida, considera-se o aparecimento de uma nova engenharia produtiva, baseada em novas tecnologias de produto e de processo. Em terceiro lugar, enfatiza-se a importância desta reestruturação na retomada do crescimento nos anos 80 e, também, o seu caráter desigual entre os países centrais. A quarta seção focaliza aspectos da flexibilidade, pedra angular do que parece constituir um novo paradigma industrial. Nas considerações finais comenta-se, principalmente, o fato de que a introdução das novas tecnologias não proporcionou até agora qualquer engajamento efetivo da economia mundial numa nova fase durável de crescimento.

## 1. O fim dos "anos dourados"

No início da década de 70 a comunidade internacional passou a conviver com a idéia de que o período de acelerada expansão econômica, a partir de 1945-50, pertencia ao passado. O primeiro choque do petróleo, elevando drasticamente a fatura de energia para todas as economias não produtoras daquela matéria-prima, contribuiu para impor a realidade de que o crescimento perdera fôlego e que o cotidiano passara a ser marcado pela estagnação. Pior, em vários países, pela estagnação acompanhada de inflação.

Conforme análises realizadas no âmbito da assim chamada Escola da Regulação (1), pode-se postular que a progressão geral e "coerente" da acumulação de capital durante um certo período só pode ser assegurada por regularidades que possibilitem postergar as distorções e desequilíbrios inerentes ao processo acumulativo (Boyer, 1987). Nestes termos, uma crise de grandes proporções, como acabou se revelando aquela percebida no começo dos anos 70, deve ser considerada como uma ruptura das regularidades que permitiram o crescimento anterior.

O crescimento do Segundo Pós-Guerra nas economias mais industrializadas teve como substrato uma "circularidade virtuosa" entre investimentos crescentes, produtividade em ascensão contínua e salários cuja evolução apresentava sincronia com o avanço da produtividade. Falar sobre a crise implica fazer

---

<sup>1</sup> - Prof. Titular do Depto de Ciências Econômicas - CSE/UFSC

referência ao rompimento desta circularidade, vale dizer, ao esgotamento do próprio regime de acumulação intensiva do pós-guerra.

Os limites do referido regime de acumulação têm na desaceleração do avanço da produtividade um de seus principais aspectos. A desaceleração já podia ser percebida bem antes do choque do petróleo, inclusive nos ramos industriais mais tipicamente fordistas (bens de consumo durável, por exemplo): países como Estados Unidos, Alemanha Ocidental e Itália testemunharam a inflexão já na década de 60, uma tendência de redução que se aprofundou até o fim dos anos 70 (Glyn, Hughes, Lipietz e Singh, 1990).

Deve-se destacar que a desaceleração no avanço da produtividade parece relacionar-se com o próprio "conteúdo" das formas predominantes de organização do trabalho sobre as quais o crescimento havia se apoiado.

"A taylorização, ao generalizar o *one best way*, o 'melhor gesto', aumentava automaticamente a produtividade média no sentido estrito ao longo de uma curva de aprendizagem, e impedia qualquer compensação do crescimento da produtividade por uma diminuição da intensidade. Além disso, a experiência de trabalho trazia cada dia a descoberta de novos *one best way*, deslocando assim para o alto a curva de aprendizagem. O movimento ao longo dessa curva necessariamente diminui ao fim de um certo tempo. O deslocamento da curva para o alto depende da capacidade coletiva dos trabalhadores (...) de inventar novas técnicas. Ora, os princípios tayloristas, ao polarizar esta capacidade coletiva entre uma massa de trabalhadores desqualificados e pouco motivados, de um lado, e os engenheiros e técnicos da engenharia e da OeM, de outro, limitam gradualmente a esse segundo setor a luta pela produtividade e pela inovação. E tal setor apenas pode contribuir ao crescimento da produtividade geral pelo desenvolvimento de máquinas cada vez complexas, a serem colocadas à disposição dos trabalhadores não qualificados. Assim, os próprios princípios tayloristas explicam a diminuição dos ganhos de produtividade (...)" (Lipietz e Leborgne, 1988, pp. 13-14).

Logo, no que concerne ao importante aspecto da produtividade, é válido considerar que a crise tem o seu germe no próprio paradigma industrial do regime de acumulação do pós-guerra. Trata-se de uma crise relacionada a problemas crescentes ao nível do processo de valorização do capital, uma crise da relação mecanização-productividade, em que mais e maiores investimentos passam a ser exigidos e, devido às dificuldades para manter o ritmo de crescimento da produção, um menor nível de produtividade é associado a cada novo investimento.

Até o final dos anos 70 os desajustes na "vertente produtiva" do modelo de desenvolvimento dos países centrais, amplificados pelo fator internacional e pelas políticas de austeridade implementadas com vistas ao combate da inflação, não foram suficientes para que aquelas economias adentrassem uma espiral depressiva. O motivo é que a "vertente reguladora" do modelo mantinha-se, apesar de tudo, em operação. Tentava-se impedir despedidas em massa de mão-de-obra e, através do "Estado-Providência", mediante dispositivos como seguro-

desemprego e transferências sociais em geral, que fosse detonada uma crise pelo lado da demanda. Esta foi a fase "leve" da crise, de gestão social-democrata (Lipietz, 1985).

Entretanto, com o agravamento da estagnação, a convergência entre aumento dos níveis de desemprego e "gestão keynesiana" da crise piorou consideravelmente as condições de funcionamento do próprio "Estado-Providência". De fato, ao mesmo tempo em que as atividades sobre as quais incidiam as cotizações deixaram de progredir, ou pelo menos de progredir com a velocidade necessária, as despesas se ampliaram, sobretudo pelo aumento do desemprego (Lipietz, 1983a). Sustentar esta estrutura revelou-se, prontamente, algo bastante oneroso, e sobretudo para as empresas, já que se evitava afetar os salários devido à necessidade de manutenção do consumo.

O equilíbrio precário possibilitado pelos dispositivos da gestão social-democrata da crise - políticas de corte keynesiano com vistas à manutenção do poder de compra dos assalariados - iria romper-se definitivamente ao final dos anos 70. Em 1979-80, com o segundo choque do petróleo, as empresas encontravam-se com suas capacidades de investimento reduzidas e, portanto, foi do lado dos salários que se buscou a possibilidade de fazer frente ao aumento da fatura energética. Como resultado, na França e na Alemanha Ocidental, por exemplo, a renda disponível das famílias baixou pela primeira vez em termos reais; simultaneamente, a produção industrial de ambos os países teve uma queda de 5%.

Na raiz deste verdadeiro "choque monetarista" estava a incapacidade das receitas baseadas no crédito fácil, na progressão (mesmo moderada) do salário direto e nas transferências sociais/atuação do "Estado-Providência" para fazer a economia voltar a crescer. A lucratividade havia declinado e tanto a modernização do aparelho produtivo - novas tecnologias, automação, etc. - como a manutenção das "velhas" atividades - produção automobilística, siderurgia, etc. - exigiam investimentos monumentais. Deste modo, ao mesmo tempo em que evitava a metamorfose da estagnação em depressão, o "manto regulador" do keynesianismo dificultava as modificações necessárias à reconstituição das condições para a retomada de crescimento.

O "choque monetarista" pode ser interpretado, em consequência, como uma espécie de tentativa de "saneamento". Com a elevação das taxas de juros, eliminar-se-iam as empresas sem condições de sobrevivência; restringindo o funcionamento do "Estado-Providência", reduzir-se-ia o déficit da administração pública; com a diminuição do poder aquisitivo dos assalariados e o bloqueio da emissão de moeda, interditar-se-iam a produção e a venda a crédito e combater-se-ia a inflação. O resultado disto tudo foi a precipitação das economias centrais numa grave recessão desde o início dos anos 80: a taxa de crescimento do produto no conjunto dos países desenvolvidos passou de 3,2% em 1979 para 1,3% em 1980, manteve-se em 1,3% em 1981 e despencou para -0,5% em 1982 (Ominami, 1986).

A "fase dourada" do capitalismo contemporâneo chegou, assim, ao seu final. Tem-se a impressão do encerramento de um ciclo cujos estertores se prolongaram por uma década, até a aplicação do golpe de misericórdia. Iniciada com a ruptura das regularidades no seio do regime de acumulação intensiva - inflexão no ritmo de avanço da produtividade, queda na relação produto/capital, diminuição na lucratividade - , a crise desembocou no desabamento do edifício regulador que permitira a instauração do primeiro. O "choque monetarista" representou, desta forma, a crise do próprio modelo de desenvolvimento do pós-guerra, tanto na sua "vertente produtiva" como na sua "vertente reguladora". Estava-se, sem dúvida, em presença de um "nível superior de crise" (Boyer, 1987, p. 68).

Entretanto, se toda crise constitui "fase de estorvo e interrupção do processo de reprodução" (Marx, 1983, p. 939), pode se revelar, igualmente, ocasião para que sejam reunidas as condições de um novo ciclo de crescimento (Mazzucchelli, 1985). Tendo em vista o alcance dos limites técnicos e sociais do regime de acumulação intensiva do pós-guerra, principalmente no que toca ao paradigma tecnológico subjacente, a crise contemporânea pode ser enfocada em termos de "superação de um padrão tecnológico dado que necessita ser destruído para dar origem a uma nova fase da acumulação internacional de capitais, baseada num novo padrão tecnológico que se manifestará numa nova divisão internacional do trabalho" (Santos, 1985, p. 52).

## 2. O esboço de um novo paradigma industrial

Paralelamente ao esgotamento do regime de acumulação intensiva do Segundo Pós-Guerra, a demanda de produtos industriais sofreu transformações consideráveis. Os bens de equipamento tradicionais, por exemplo, foram pouco a pouco suplantados por instrumentos novos, em virtude do progresso técnico. Em particular, a diversificação dos estilos de vida e o aumento da versatilidade e segmentação dos mercados impuseram, num contexto de incerteza crescente para os agentes produtivos, o domínio de formas de produção compatíveis com as novas regras de concorrência, crescentemente acirrada.

A introdução e a difusão de novas bases tecnológicas passaram a figurar, de modo crescente, entre as condições fundamentais para a retomada do crescimento econômico. Ou seja, já nos anos 70, contemplava-se a "via tecnológica" como o caminho a ser trilhado para se lograr uma possível saída da crise. Isto, entretanto, exigia algum nível de especialização dos aparelhos produtivos em setores de produtividade elevada e sofisticação tecnológica. Ora, conforme indicado, o chamado "choque monetarista" visava, entre outras coisas, solapar em definitivo o próprio paradigma industrial do Fordismo, a destruição das indústrias "antigas" abrindo o caminho para a consolidação do "novo", numa autêntica *destruição criadora* schumpeteriana.

Claro que desde o início da crise as empresas buscaram estratégias para enfrentar a situação adversa. Uma das principais referiu à quebra da rigidez da legislação

social até então compatível com o crescimento fordista. Assim, expandiram-se a subcontratação, os contratos com duração limitada, o trabalho provisório e todas as formas de emprego permitindo mobilidade da mão-de-obra ou, simplesmente, utilização sem engajamento efetivo por parte das empresas (Lipietz, 1983b). Por seu turno, a micro-conflitualidade ao longo das linhas de montagem fordistas suscitou tentativas que se enfeixariam num *neo-fordismo*, com recomposição parcial das tarefas executadas. Entretanto, isso tudo pouco adiantava frente à necessidade de produzir num contexto de segmentação dos mercados, modas fugazes, etc. Necessitava-se, isto sim, uma nova forma de produzir.

Assim é que se fala, na atualidade, de uma nova "revolução tecnológica", relacionada com novas tecnologias de produto e de processo, cuja introdução estaria constituindo a "principal força motivadora por detrás da reorganização produtiva contemporânea" (Storper e Scott, 1986, p. 10). Do que se trata, fundamentalmente? Em poucas palavras, da utilização em escala crescente do microprocessador e das interfaces eletrônicas, seja na fabricação de novos produtos, quer no próprio processo de produção.

No que se refere aos novos produtos, pode-se mencionar, entre outras coisas, os equipamentos eletrônicos da indústria automobilística, o avanço nos setores de audiovisual e telecomunicações e os computadores de utilização doméstica. Quanto ao processo de produção, pode-se aludir à presença da eletrônica no próprio cerne daquele, com o desenvolvimento da robótica e o uso de autômatos, por exemplo. É o que se pode designar como "a nova microeletrônica de fábrica" (Coriat, 1983).

Saliente-se, no que respeita ao processo de produção, que a microeletrônica redefine o próprio sentido da automação. Isto significa que as principais transformações relacionadas com o avanço das novas tecnologias situam-se do lado das inovações em processos: processos contínuos, processos de automação discretos-interrompíveis, de automação fragmentada ou de produção do tipo manufatureiro-artesanal (Coutinho, 1992).

As transformações ao nível dos processos de produção têm a ver, em primeiro lugar, com o aumento da complexidade dos movimentos das máquinas, já que estas passam a efetuar operações até então necessariamente manuais. Relacionam-se, também, à considerável ampliação da flexibilidade dos equipamentos, haja vista o modo de operação poder, a partir de então, ser reprogramado prontamente: a utilização do equipamento é contínua, como nas máquinas fordistas, porém não mais para a produção de um mesmo produto. A própria gestão empresarial é modificada, pois na produção assistida por computador a ociosidade das máquinas e os estoques podem ser significativamente limitados, com economias consideráveis. Refere-se aqui a um princípio, o *just in time*, que pode ser introduzido tanto nas relações entre seções de um mesmo estabelecimento como entre estabelecimentos de uma mesma empresa, e mesmo entre firmas diferentes (Lipietz e Leborgne, 1988; Leborgne e Lipietz, 1990).

Todo o referido parece indicar que se está diante de uma nova engenharia produtiva, com "(...) os paradigmas clássicos da Organização do Trabalho, baseados no taylorismo e no fordismo (...) sendo renovados ou substituídos por novos paradigmas. A dinâmica de estabelecimento desses novos paradigmas se assenta na busca da integração e da flexibilidade das linhas de produção, o que tem sido obtido pela utilização combinada das propriedades dos novos meios de trabalho resultantes da aplicação produtiva da Informática e da Eletrônica"(Coriat, 1988, p. 13).

É importante ressaltar ainda que a evolução da microeletrônica contou com importante apoio do Estado, através de ajuda financeira, promoção da "cultura técnica" - ações visando a difusão e o uso dos conhecimentos existentes - e estímulo da concorrência entre firmas (L'Observateur de l'OCDE, 1980). Particularmente, parece ter sido fundamental, e isto já desde os anos 70, o estímulo à inovação das pequenas e médias empresas. Entre os principais argumentos para tal política estava o reconhecimento de uma maior capacidade destas empresas para reagir com velocidade às novas demandas e explorar novas idéias, tudo contribuindo para o progresso técnico e a formação de um núcleo de novas indústrias de elevado crescimento (The OECD Observer, 1981).

### 3. Uma reestruturação industrial efetiva, porém desigual

A partir de meados da década de 80 as economias mais industrializadas sinalizaram com o que se assemelhava a uma retomada do crescimento: os Estados Unidos e o conjunto dos países centrais ostentaram em 1984 taxas de crescimento da ordem de 6,8% e 5,0%, respectivamente (Economía Internacional, 1989). O crescimento médio real da indústria no conjunto dos países capitalistas foi de 4,4% e 4,8% nos períodos de, pela ordem, 1983-86 e 1986-89, contra -0,2% no período 1980-83 (Laplane, 1992).

Ocupou lugar de destaque naquele processo a revitalização do bloco eletromecânico. No interior deste, o melhor desempenho ficou por conta do complexo eletrônico (2). Com efeito, dados sobre investimentos, produção e emprego para quatro dos países mais industrializados mostram o quanto cresceu, nos anos 80, a participação do bloco eletromecânico e, particularmente, a do complexo eletrônico, na indústria de transformação.

Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental e Reino Unido, sem exceção, observaram a importância crescente do complexo eletrônico em termos de investimentos; em 1987 o índice de investimento nestas atividades era superado pelo de outro setor apenas nos Estados Unidos (Tabela 1): No tocante à produção, os níveis de presença do setor eletroeletrônico na indústria de transformação eram invariavelmente mais elevados do que no início daquela década. Uma certa diversidade de trajetórias dentro da eletromecânica foi, contudo, observada. Em termos produtivos, a participação do setor de instrumentos de precisão quase dobrou nos Estados Unidos, enquanto na Alemanha verificou-se uma ligeira queda.

**TABELA 1**  
**Complexo eletrônico, setor automobilístico e eletromecânica:**  
**participação nos investimentos da indústria de**  
**transformação e índices de investimento**  
**(1980 - 1987)**

| País/Setor            | % nos inv. da ind. transf. |       |       | Índices de Investimentos |      |      |
|-----------------------|----------------------------|-------|-------|--------------------------|------|------|
|                       | 1980                       | 1983  | 1987  | 1980                     | 1983 | 1987 |
| <b>Estados Unidos</b> |                            |       |       |                          |      |      |
| Automobilístico       | 8,8                        | 4,1   | 10,1  | 100                      | 36   | 112  |
| Complexo eletrôn.     | 11,7                       | 16,5  | 13,5  | 100                      | 111  | 111  |
| Eletromecânica        | 39,9                       | 38,6  | 43,1  | 100                      | 76   | 104  |
| Ind. de transf.       | 100,0                      | 100,0 | 100,0 | 100                      | 79   | 97   |
| <b>Japão</b>          |                            |       |       |                          |      |      |
| Automobilístico       | 14,0                       | 13,1  | 14,6  | 100                      | 105  | 144  |
| Complexo eletrôn.     | 10,9                       | 16,2  | 15,4  | 100                      | 166  | 195  |
| Eletromecânica        | 41,1                       | 46,6  | 51,7  | 100                      | 127  | 174  |
| Ind. de transf.       | 100,0                      | 100,0 | 100,0 | 100                      | 112  | 139  |
| <b>Alemanha</b>       |                            |       |       |                          |      |      |
| Automobilístico       | 14,2                       | 16,7  | 16,4  | 100                      | 107  | 139  |
| Complexo eletrôn.     | 8,9                        | 9,3   | 11,6  | 100                      | 96   | 158  |
| Eletromecânica        | 43,7                       | 47,3  | 51,4  | 100                      | 99   | 142  |
| Ind. de transf.       | 100,0                      | 100,0 | 100,0 | 100                      | 92   | 121  |
| <b>Reino Unido</b>    |                            |       |       |                          |      |      |
| Automobilístico       | 7,1                        | 7,7   | 5,8   | 100                      | 86   | 87   |
| Complexo eletrôn.     | 5,3                        | 8,0   | 7,2   | 100                      | 119  | 143  |
| Eletromecânica        | 33,5                       | 33,5  | 29,7  | 100                      | 79   | 92   |
| Ind. de transf.       | 100,0                      | 100,0 | 100,0 | 100                      | 79   | 105  |

Fonte: Lapiane (1992), tabelas 30 e 31 dos anexos.

**TABELA 2**  
*Participação dos setores da eletromecânica na produção  
 e no emprego da indústria de transformação  
 [1980 e 1987] - (%)*

| País/Setor             | Produção |      |         | Emprego |      |         |
|------------------------|----------|------|---------|---------|------|---------|
|                        | 1980     | 1987 | Var.(%) | 1980    | 1987 | Var.(%) |
| <b>Estados Unidos</b>  |          |      |         |         |      |         |
| Prod. metálicos        | 5,8      | 5,2  | -9,7    | 7,8     | 7,4  | -5,9    |
| Mecânica               | 8,4      | 7,3  | -13,4   | 11,1    | 9,8  | -11,9   |
| Eletroeletrônica       | 9,1      | 9,7  | 6,3     | 12,3    | 11,0 | -10,8   |
| Transporte             | 10,8     | 14,2 | 31,2    | 9,9     | 11,1 | 11,7    |
| Instr. de precisão     | 2,4      | 4,2  | 73,4    | 3,2     | 5,4  | 69,3    |
| <b>Japão</b>           |          |      |         |         |      |         |
| Prod. metálicos        | 5,2      | 5,8  | 9,8     | 7,7     | 7,6  | -0,5    |
| Mecânica               | 7,8      | 7,9  | 1,0     | 9,5     | 9,3  | -2,2    |
| Eletroeletrônica       | 11,7     | 18,3 | 57,0    | 14,4    | 18,9 | 31,7    |
| Transporte             | 11,4     | 13,7 | 20,8    | 8,5     | 8,4  | -1,8    |
| Instr. de precisão     | 1,4      | 1,4  | -2,3    | 2,3     | 2,0  | -12,6   |
| <b>Alemanha</b>        |          |      |         |         |      |         |
| Prod. metálicos        | 5,2      | 6,3  | 21,1    | 6,9     | 8,6  | 24,5    |
| Mecânica               | 10,5     | 11,4 | 8,0     | 13,8    | 14,7 | 6,3     |
| Eletroeletrônica       | 9,9      | 12,3 | 25,1    | 13,4    | 15,4 | 15,1    |
| Transporte             | 11,0     | 14,6 | 32,7    | 11,6    | 13,3 | 15,1    |
| Instr. de precisão     | 1,4      | 1,3  | -1,0    | 2,2     | 2,1  | -4,9    |
| <b>Reino Unido (*)</b> |          |      |         |         |      |         |
| Prod. metálicos        | 5,3      | 5,0  | -4,6    | 6,9     | 6,9  | 0,0     |
| Mecânica               | 9,3      | 8,3  | -11,0   | 12,1    | 10,8 | -10,6   |
| Eletroeletrônica       | 8,2      | 10,2 | 24,3    | 11,0    | 12,1 | 9,7     |
| Transporte             | 10,1     | 10,8 | 6,6     | 12,9    | 11,1 | -13,4   |
| Instr. de precisão     | 1,0      | 1,1  | 9,4     | 1,5     | 1,7  | 8,4     |

Fonte: Laplane (1992), tabelas 4 e 6 dos anexos.

(\*) Dados para 1980 e 1986.

Em termos de emprego, o setor eletroeletrônico teve sua participação diminuída nos Estados Unidos e aumentada nos demais países e, de outro lado, o setor de instrumentos de precisão experimentou queda de participação no Japão e na Alemanha e aumento no Reino Unido e, notadamente, nos Estados Unidos (Tabela 2).

Conforme sugerido, as indústrias do complexo eletrônico contribuíram decisivamente para a revitalização da eletromecânica nos principais países industrializados. Leia-se, para a própria retomada do dinamismo industrial nestas economias. E o que merece ser assinalado, acima de tudo, é que na base do dinamismo do complexo eletrônico parece estar um alto potencial de inovação, apto a engendrar a criação de novos mercados.

De fato, o crescimento econômico das principais economias industrializadas no período 1983-90 tornou-se possível tendo em vista, principalmente, "a articulação e difusão, simultânea, de um poderoso *cluster* de inovações, baseado em novas tecnologias de impacto abrangente (...)" (Coutinho, 1992, p. 70). Tal *cluster* de inovações estaria inclusive a configurar a formação de um "novo paradigma tecnológico no mais puro sentido neo-schumpeteriano" (p. 70). As novas indústrias de alta tecnologia constituem, certamente, um grupo dominante de setores. Um grupo, no sentido empregado por Scott e Storper (1988), cujas indústrias apresentam taxas elevadas de crescimento da produção e/ou do emprego, têm efeitos de propulsão sobre outros setores e produzem bens de capital importantes ou produtos de alta demanda.

Entretanto, além de indicarem a importância crescente das indústrias ligadas ao complexo eletrônico, os dados apontam para uma tendência de diferenciação ao nível da estrutura e do desempenho da indústria entre os países. A "revolução" da alta tecnologia até meados dos anos 80 disse respeito, principalmente, ao Japão e aos Estados Unidos. A Europa Ocidental, em retardo relativo, apenas na metade da última década parece ter tomado consciência sobre a necessidade de recuperar o tempo perdido: reunidos em Londres em meados de 1984, os governos das quatro nações européias economicamente mais fortes aprovaram "programas de incentivo à mudança tecnológica mediante pequenos e médios empreendimentos, salários e práticas de trabalho mais flexíveis e redução da produção e tecnologia obsoletas" (Time, 16/7/84, p. 42). O objetivo era alcançar no curto prazo um nível de cooperação industrial européia em matéria tecnológica que afastasse o espectro da "avassaladora" daquelas economias pelos competidores estrangeiros.

No bojo desta heterogeneidade relativa estão, sem dúvida, as diferentes formas como as respostas nacionais às necessidades de reconversão e adaptação dos respectivos aparelhos produtivos foram articuladas. O decantado sucesso do Japão nos últimos anos está certamente relacionado à natureza das suas "respostas nacionais". Enquanto a maioria dos países da OCDE optava por ajustes recessivos, com ciclos de recuperação de pequena amplitude, no Japão modificava-se deliberadamente a estrutura industrial, mirando na transformação tecnológica baseada no avanço da eletroeletrônica.

Além do Japão, só a Alemanha conseguiu iniciar, a partir de 1982, uma reestruturação industrial de longo prazo. Os Estados Unidos, de sua parte, promoveram entre 1984 e 1990 a sua reestruturação com base no aumento das taxas de investimentos, impulsionado entre outras coisas pela complementaridade do investimento direto estrangeiro. Porém, tendo em vista, principalmente, problemas de reorganização das grandes empresas de setores chaves, a indústria norte-americana não se mostrou capaz de superar o seu atraso *vis-à-vis* ao Japão. Assim, este último e a Alemanha tomaram a ponta da reestruturação industrial nos países centrais. Enfocando de forma aparentemente mais adequada a importância da alta tecnologia, ambos puderam reestruturar setores fundamentais, como o complexo metal-mecânico, e se beneficiaram de vantagens comparativas dinâmicas. Resultado: um elevadíssimo nível de inserção mundial, sobretudo por parte da economia nipônica (3).

No que se refere particularmente ao Japão, o destaque em matéria de desenvolvimento industrial e a grande capacidade de conquistar mercados foram ainda permeadas por outro aspecto, ligado à própria reestruturação: avanços no plano da organização do trabalho. A adoção de formas flexíveis de organização favoreceu a incorporação de novas técnicas baseadas na microeletrônica, e isto sem dispensa de mão-de-obra.

A chave parece estar na compatibilização entre flexibilidade na organização do trabalho, de um lado, e estabilidade e hierarquia, de outro. Conforme um professor da Universidade de Kyoto, estudioso do assunto, "a coordenação operacional semi-horizantal [entre unidades funcionais e/ou envolvendo cada membro da organização do trabalho], associada a um enfoque integrativo para a operação e a solução de problemas ao nível da fábrica, pode contribuir para a eficiência dinâmica de firmas em certas indústrias. Pode ser melhor do que a combinação de especialização de funções com coordenação hierárquica. As indústrias onde os métodos japoneses podem funcionar mais eficientemente seriam aquelas em que as condições de mercado são caracterizadas por mudanças contínuas e incrementais e nas quais a produção envolve muitos processos" (Aoki, 1990, p.289). Ora, foram justamente as atividades produtivas relacionadas com mercados versáteis e diversificados que ganharam dinamismo e predominaram na recuperação industrial da década passada.

Este comentário sobre os métodos japoneses de organização do trabalho remete à consideração, com algum detalhe, de um aspecto central da reestruturação produtiva nas economias centrais: a flexibilidade.

#### **4. Aspectos da flexibilidade**

##### **4.1 - Produção flexível**

O sistema de produção flexível, ou sistema de produção pós-fordista (Boddy, 1990), permite não somente alternar a produção de produtos diferenciados como também alcançar "economias de amplitude" (*economies of scope*). Isto deriva das possibilidades oferecidas para a produção de um maior número de lotes de produtos variados (produtos "customizados"), obtidos mediante rápida alteração do modo operatório de máquinas padronizadas (Rattner, 1988). O *leitmotiv* é o aparecimento de mercados crescentemente volúveis e imprevisíveis, onde as bases da concorrência deslocam-se dos preços para a qualidade e para a diferenciação dos produtos. A produção flexível é, assim, imposta como um requisito para a ocupação dos nichos lucrativos do mercado, estes mesmos, algumas vezes, de existência temporária.

São quatro, aparentemente, os principais grupos de atividades que servem de apoio à produção flexível: algumas indústrias de alta tecnologia, com os serviços associados; a produção por lotes de produtos, geralmente em base artesanal e com trabalho intensivo; serviços tanto financeiros quanto de produção; indústrias de bens de consumo duráveis (reestruturados) e de bens de capital (Storper, 1990). A flexibilidade referida pode ser de dois tipos: dinâmica e estática. A primeira respeita à capacidade de alternância imediata entre diferentes configurações de processo e/ou produto. A segunda, aos ajustes, por períodos curtos, no volume produzido, sem prejuízo na eficiência. Num caso, está em foco a contínua melhora da produtividade pelo aperfeiçoamento na produção e na qualidade do produto; no outro, a rapidez nas respostas ao mercado.

#### 4.2 - Produção flexível e processo de trabalho

Os impactos da produção flexível ao nível dos processos de trabalhos são consideráveis:

"a) a introdução da programação flexível (em contraposição à programação rígida) exige a participação direta da força de trabalho fabril na condução do processo, para operar e reprogramar os ajustamentos necessários nos equipamentos;

b) as tarefas acima exigem a compreensão global do processo produtivo, o que exige um nível de qualificação amplo e polivalente dos operários;

c) as intervenções decisórias de produção em nível de planta industrial reduzem a distância hierárquica entre a gerência e o rés-da-fábrica, modificando por conseguinte o padrão de relacionamento entre gerência, engenharia e produção;

d) aprofunda-se o nível de conhecimentos tácitos, não codificáveis e específicos de cada unidade fabril e amplia-se a necessidade de investir em *intangíveis* (software aplicado, treinamento e qualificação, organização e coordenação do processo de produção e de suas relações com marketing, desenho etc.);

e) todos os impactos acima significam que os processos de trabalho se afastam do paradigma taylorista-fordista em que a divisão banalizada, fragmentária e repetitiva de tarefas é levada ao limite físico, em direção a um processo (ainda transitório) em que a força de trabalho interage de forma criativa com um sistema de automação flexível" (Coutinho, 1992, pp. 74-75).

Os aumentos nos níveis de qualificação constituem, entretanto, tendências gerais. Não significam que a produção com base em novas tecnologias tenha necessariamente, em todas as circunstâncias, tal forma de impacto sobre a composição e o perfil da força de trabalho. Com efeito, é possível visualizar três tipos principais de relações profissionais ou de organização do trabalho relacionados com o sistema de produção flexível (4).

De um lado, fiel ao paradigma fordista, observa-se a expropriação dos trabalhadores em relação a qualquer iniciativa no trabalho. Representando a continuidade (ou aprofundamento) da polarização nas qualificações do contingente assalariado, esta forma se caracteriza pelo fraco engajamento operário na luta pela produtividade. A forma oposta consiste no engajamento voluntário dos trabalhadores, com reversão da dicotomia entre os aspectos manuais e intelectuais do trabalho. Isto, entretanto, significaria o fortalecimento da autonomia operária, exatamente o motivo principal da "revolução taylorista".

É o engajamento dos trabalhadores no processo de trabalho através da negociação, portanto, que aparece como alternativa concreta ao aprofundamento do paradigma taylorista-fordista. Dois tipos de engajamento podem ser percebidos. Um tipo ocorre mediante compromisso individual por parte de trabalhador, onde, em troca, acenam-se com atrativos tais como participação nos resultados e vantagens na carreira. O outro diz respeito ao engajamento através de negociação coletiva, onde é o coletivo trabalhador organizado, através dos sindicatos, que negocia a implicação de seus membros no processo de trabalho; focalizam-se direitos de controle sobre as condições de trabalho, sobre a política de pessoal e a repartição dos ganhos de produtividade.

Em nenhuma das economias nacionais a polarização contínua das qualificações, a implicação negociada individualmente e a negociada coletivamente impuseram-se como paradigmas hegemônicos em termos de relações profissionais. Na verdade, coexistem, seja nos países, nas empresas ou nos estabelecimentos.

Há ainda um outro aspecto a considerar: a natureza do contrato de trabalho, pois o tipo de compromisso em termos de engajamento relaciona-se com o nível de estabilidade daquele contrato. E aqui, em contraposição ao contrato rígido, aparece uma outra forma de emprego do termo "flexibilidade", referente ao contrato de trabalho flexível, modalidade onde os padrões empregam e demitem conforme desejam. A flexibilização do contrato de trabalho tem constituído um elemento central das políticas de corte monetarista, aparecendo como um ataque frontal à "rigidez excessiva" do "contrato fordista".

Cabe assinalar que várias combinações são possíveis entre formas de reorganização do processo de trabalho e tipos de relação salarial, cada uma apontando, conforme Lipietz e Leborgne (1988) e Leborgne e Lipietz (1990), para diferentes "modelos de desenvolvimento".

#### 4.3 - Produção flexível e organização industrial

Um outro aspecto da "flexibilização" refere à organização industrial, ou seja, às relações entre firmas, no âmbito da produção com o uso de novas tecnologias.

O ponto de partida é o fato da produção contínua de produtos diferenciados, permitida pelo sistema de produção flexível, e a diminuição dos custos de conexão entre os segmentos dos processos produtivos, haja vista a gestão informatizada dos fluxos, criarem condições novas para uma certa desintegração vertical entre as empresas. Isto porque, com a difusão do conhecimento técnico especializado e o aprofundamento da divisão do trabalho associados com a automação, firmas especializadas operando como subcontratadas tendem a florescer, podendo formar redes no interior das quais ocorre a produção de uma série limitada de produtos diferenciados, finais ou intermediários.

Realmente, tendo em vista a produção flexível exigir o domínio sobre uma sucessão de séries curtas, um melhor controle de custos e qualidade pode ser obtido com alguma desintegração técnica. Por outro lado, a gestão computadorizada e o aumento de precisão na fabricação permitem às empresas principais a coordenação da subcontratação por fluxos. Além disto, riscos envolvendo pesquisa e desenvolvimento, de um lado, e investimentos em alta tecnologia e em imobilizações em capital fixo em geral, de outro, podem ser compartilhados entre empresas diferentes. Igualmente, a desverticalização das grandes firmas ou o agrupamento de firmas especializadas em rede podem significar estabilidade nas relações entre clientes e fornecedores, ampliação do campo de subcontratação e formas de relações entre empresas outras que as mercantis (parceria, alianças, pesquisas comuns, *joint-ventures*, etc.).

Mas as relações envolvendo empresas especializadas apresentam duas formas contrastadas. Numa, tende a predominar a efetiva subordinação da firma subcontratada. Prolongamento da tendência herdada da organização fordista, este tipo de relacionamento permite observar entre seus traços principais, por exemplo, a escassez de iniciativas e de realização de pesquisa aplicada por parte das firmas de menor porte. Na outra forma, observa-se uma tendência das firmas especializadas no sentido do aprimoramento dos processos por elas desenvolvidos e da criação e fortalecimento de vínculos de parceria com as empresas contratantes.

Cabe ainda ressaltar que parece haver alguma compatibilidade entre relações profissionais caracterizadas pelo engajamento negociado dos trabalhadores ao processo de trabalho e relações "densas" entre firmas e, da mesma forma, entre flexibilidade na relação salarial e relações "pobres" entre firmas. Claramente, o

desdobramento geográfico destas combinações pode determinar estruturas espaciais com regiões contrastadas. A opção por uma forma ou outra tende a ser de responsabilidade de grupos sociais territorializados: a orientação da sociedade local para um modelo articulando engajamento negociado com relações inter-firmas "densas" constituiria uma estratégia de "flexibilidade ofensiva"; a escolha da combinação entre relações salariais flexíveis e relações inter-firmas "pobres", por outro lado, formaria uma estratégia de "flexibilidade defensiva" (Leborgne e Lipietz, 1988; 1989).

\* \* \*

Em suma, a flexibilidade aparece como a pedra angular da reestruturação industrial em curso nos países centrais, incidindo, conforme indicado, tanto na "estrutura tecnológica das plantas produtivas quanto [na] (...) diversificação de atividades entre empresas associadas, (...) passando pelos vínculos entre as grandes e suas subcontratadas e pela relação empresas-governo (...)" (Burlamaqui, 1990, p. 15). Seu maior êxito, sem dúvida, foi alcançado na indústria japonesa. Porém, os avanços tecnológicos que serviram de base ao sistema de produção flexível repercutiram amplamente, transformando em profundidade o modelo de industrialização anterior.

Com efeito:

"Trata-se não só de uma profunda e extensa recomposição do 'sistema produtivo capitalista mundial', mas de uma reformulação do conceito e da prática de mercado econômico, assim como da sua ampliação espacial. Estas recomposições e reformulações espelham e se ajustam à dinâmica de uma verdadeira transformação das bases científicas, industriais, culturais e políticas das economias e sociedades 'avançadas' ou 'informatizadas'. Estas mudanças também são impelidas por - e, por sua vez, estimulam - 'reconfigurações' nos tecidos societários; 'reformatações' político-sociais; 'deslocamentos de pólos motores dos processos de inovação e readequação de sistemas tecnológicos; e 'reformulações institucionais. Trata-se de uma reestruturação e reorganização produtiva que compreende inovação, renovação e recondicionamento da composição da manufatura (nos sistemas de 'fabricação', nos insumos utilizados, nos métodos empregados), na localização (onde ela acontece) e na atribuição (quem cumpre que função e que papel desempenha nesse processo)" (Dreifuss, 1991, p. 2).

### Considerações finais

Diante da magnitude das transformações atuais na economia mundial, a pergunta é inevitável: poderá a "revolução da microeletrônica" catapultar as economias capitalistas rumo a uma nova fase de crescimento acelerado? Ou, se se quiser, poderá a economia mundial ser colocada nos trilhos de uma nova "onda longa", à Kondratieff (5)? Não se pretende fornecer respostas para tais perguntas, evidentemente, porém cabem alguns comentários.

Mandel (1986, pp. 94-95) considera que o desenvolvimento recente na microeletrônica já proporcionou os "cimentos" para as mudanças que, necessariamente, teriam que estar no bojo de uma nova fase ascendente da economia mundial. Entretanto, adverte, um nova substituição radical de braços por máquinas aprofundaria gravemente os problemas na esfera do emprego, com repercussões prováveis sobre a massa de mais-valia. Por outro lado, a despeito de avanços certamente notáveis na produtividade do trabalho, o incremento na taxa de mais-valia poderia se revelar apenas marginal. Tais resultados não condizem com o enorme volume de investimentos requeridos para a implantação dos sistemas de produção flexível. A lucratividade talvez não experimentasse, desta forma, a trajetória que se poderia esperar numa nova fase de crescimento acelerado.

Entretanto, além de questões colocadas ao nível da lógica interna do modo de produção capitalista, a própria observação da economia mundial na atualidade recomenda cautela aos que pretendem ver na "revolução da microeletrônica" o passo decisivo rumo a uma nova "fase dourada". Em 1991, após anos de uma *performance* que aparentemente legitimava falar de uma efetiva retomada do crescimento, a produção econômica mundial acusou uma pequena queda. Desde logo, a expressão "recessão global" reingressa no vocabulário dos analistas.

Explicar o comportamento cíclico da economia mundial no passado recente está fora do âmbito deste artigo. Porém, pode-se considerar que os mesmos processos que, nos anos 80, contribuíram para a enorme concentração dos recursos financeiros mundiais entre os países mais industrializados e, por conseguinte, para a marcada concentração geográfica do crescimento econômico, parecem ter atingido o ponto máximo, passando a perder fôlego nos últimos anos. Desde então, "instala-se no mercado um progressivo processo de desvalorização do capital. Isto se manifesta, nos dias atuais, como poderosas forças de deflação, que acabam reduzindo o valor das moedas, dos estoques, das ações, da propriedade imobiliária, dos ativos em geral" (Martins, 1992, p. 10).

Assim, mesmo que os avanços na esfera tecnológica acenem com perspectivas alvissareiras em termos de crescimento durável, os estremecimentos de maior ou menor gravidade, notadamente na órbita financeira, servem para mostrar que qualquer euforia em relação ao futuro é absolutamente infundada. De fato, o *crash* dos mercados financeiros mundiais em outubro de 1987, quando em apenas um dia cerca de 1 trilhão de dólares evaporaram-se da economia mundial, atesta a fragilidade do capitalismo financeiro moderno (Minsky, 1989), aspecto certamente relacionado com as transformações de vulto materializadas no âmbito da "globalização financeira" da década passada (Aglietta, 1990).

Na verdade, a aguda crise financeira daquele ano marcaria o princípio da "terceira fase" das transformações que pontuaram a evolução da economia mundial na década passada. "Inicia-se então um novo período de vacilações e perplexidades" (Santos, 1993, p. 20), no qual, além das fortes desvalorizações dos excedentes financeiros anteriormente produzidos, convive-se, desde 1990, com uma realidade da efetiva recessão. Na esteira dos graves problemas da economia norte-

americana, nem mesmo o Japão é poupado: a recessão nipônica tem início em 1992. De sua parte, a Alemanha, estrela de primeira grandeza da constelação de economias européias, inclusive assistiu a "sua tradicional classificação de locomotiva da Europa ser trocada (...) pela de obstáculo à retomada do crescimento mundial" (Cardeal, 1993, p. 3-2). Mas o que efetivamente suscita apreensão no seio da OCDE, e já há algum tempo, é a situação dos Estados Unidos: "a América não cessa de perder fatias de mercado: ela está realmente se tornando um país subdesenvolvido" (Lefournier, 1990, p. 4).

Este último comentário oferece a oportunidade para considerar um aspecto importante da assim chamada globalização, ou seja, na definição da OCDE, o atual processo de internacionalização produtiva em que redes privadas interligadas respondem por crescente parcela da produção e da distribuição em escala mundial (Tavares, 1993).

O aspecto a ser sublinhado tem a ver, em primeiro lugar, com o fato de que, com ou sem engajamento da economia mundial na fase ascendente de uma nova "onda longa", o cenário neste final de século e de milênio deverá ser marcado pela consolidação de uma "nova economia-mundo hierarquizada" (Lipietz, 1990). Economias outrora centrais poderão tornar-se quase periféricas, casos do Reino Unido, da França e de partes dos Estados Unidos; outras, já centrais, certamente consolidarão a sua centralidade: Japão, Alemanha, economias escandinavas e mesmo do Sudeste asiático (Coreia do Sul, por exemplo). De qualquer modo, as posições no caleidoscópio mundial deverão ser presididas pelas opções, quanto ao modelo de desenvolvimento a ser adotado, dos diferentes grupos territorializados de atores sociais.

Em segundo lugar, cabe ressaltar que a ampla reestruturação econômico-territorial em curso coloca questões de vulto para a maior parte do Terceiro Mundo, pois as mudanças tecnológico-produtivas de que se falou estão passando ao largo de boa parte destes países. A América Latina, em particular, parece realmente fora do *mainstream* da economia mundial, alijada das transformações que marcaram os anos 80 e, certamente, aprofundar-se-ão na presente década. A globalização, em larga medida caudatária das transformações tecnológicas, tem, desta forma, um sentido particular. De fato, "a revolução tecnológica contribui para incrementar ainda mais as disparidades mundiais e regionais entre espaços ricos e dinâmicos (...) e espaços pobres e estagnados (...)" (Fernández, 1986, p. 116).

No atual quadro planetário, zonas de relações preferenciais e consideravelmente excludentes em relação às economias periféricas pouco a pouco se consolidam. Desta forma, uma "solidariedade massiva interterritorial", conforme a idéia defendida por Leborgne e Lipietz (1992), parece configurar-se como algo cada vez mais remoto. A recusa a uma inserção mundial meramente "neotaylorista" nos circuitos produtivos internacionais, isto é, como zona de subcontratação banalizada e exploradora tanto de crescentes reservas de mão-de-obra empobrecida e marginalizada quanto de recursos naturais, deveria fazer a América Latina olhar na direção de si mesma. Deveria estar obrigando as sociedades deste território a considerar com toda a seriedade possível, e em todas as suas dimensões, a

alternativa da integração regional, concebida, entre outras coisas, como instrumento seja para a conjunção das melhores forças criadoras, quer para a busca de soluções articuladas para alguns dos graves problemas que afetam a área.

## Notas

(1) Alguns textos básicos da Escola da Regulação são, por exemplo, Aglietta (1976), Coriat (1979) e Boyer e Mistral (1983); uma avaliação das contribuições dos "regulacionistas" pode ser encontrada em Boyer (1987).

(2) O complexo eletrônico compreende: Máquinas e Equipamentos de Escritório e de Calcular, Equipamentos de Áudio, Vídeo e Telecomunicações, Instrumentos de Precisão. Constitui uma agregação de parte do Setor Eletroeletrônico com o Setor de Instrumentos de Precisão, ambos pertencentes ao Bloco Eletromecânico. Este, por sua vez, é composto pelas indústrias fabricantes de bens duráveis de consumo e de bens de capital - produtos de metal, mecânica, eletroeletrônica, material de transporte e instrumentos de precisão (Laplane, 1992).

(3) Para uma análise da reestruturação nas economias centrais, consultar Tavares (1990).

(4) Consultar Lipietz e Leborgne (1988) e Leborgne e Lipietz (1990).

(5) Refere às flutuações econômicas de longa duração observadas por Kondratieff (1946). Consultar, igualmente, Mandel (1982; 1986).

## Bibliografia

AGLIETTA, Michel. Régulation et Crises du Capitalisme: L'Expérience des Etats-Unis. Paris, Calmann-Levy, 1976.

\_\_\_\_\_. La globalisation financière et les perspectives de croissance. Texto apresentado no Seminário Internacional intitulado: "A inserção internacional do Brasil nos anos 90", realizado em São Paulo entre 26 e 30 de março de 1990. Mimeo.

AOKI, Masahiko. "A new paradigm of work organization and coordination ? Lessons from Japanese experience". In: MARGLIN, Stephen e SCHOR, Juliet B. (eds). The Golden Age of Capitalism. Reinterpreting the Postwar Experience. Oxford, Clarendon Press, 1990, p. 267-293.

BODDY, Martin. "Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica". In: VALLADARES, Lícia e PRETECEILLE, Edmond.

(coords.). Reestruturação Urbana. Tendência e Desafios. São Paulo, Nobel, 1990, p. 44-58.

BOYER, Robert. La Théorie de la Régulation: Une Analyse Critique. Paris, La Découverte, 1987.

————— e MISTRAL, Jacques. Accumulation, Inflation, Crises. Paris, Presses Universitaires de France, 1983.

BURLAMAQUI, Leonardo. Notas Neo-Schumpeterianas. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, 1990.

CARDEAL, Regina. "Alemanha deixa de ser locomotiva da Europa". Folha de S. Paulo, 5 de setembro de 1993, p. 3-2.

CORIAT, Benjamin. L'Atelier et le Chronomètre. Essai sur le Taylorisme, le Fordisme et la Production de Masse. Paris, Christian Bourgois Editeur, 1979.

—————. "La régulation dans la crise actuelle". Les Cahiers Français, Paris, N. 209, jan.-fev. 1983: 65-68.

—————. "Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção". In: SCHMITZ, H. e CARVALHO, R. Q. (orgs.). Automação, Competitividade e Trabalho: A Experiência Internacional. São Paulo, Hucitec, 1988.

COUTINHO, Luciano. "A terceira revolução industrial e tecnológica". Economia e Sociedade, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, N. 1., agosto 1992: 69-87.

DREIFUSS, René A. Transformações Globais: Uma Visão do Hemisfério Sul. Rio de Janeiro, PACS-Políticas Alternativas para o Cone Sul, Textos para Reflexão A-30, 1991. Mimeo.

Economía Internacional. Buletin Mensuel de Seguimiento. Universidad Autónoma de Puebla, N. 17-18, dez. 1988 - jan. 1989.

FERNÁNDEZ, Fernando M. "Comentarios críticos y bibliografía sobre el impacto de las nuevas tecnologías en el desarrollo regional". Ciudad y Territorio, Madri, N. 69, jul.-set. 1986: 115-125.

GLYN, Andrew; HUGHES, Alan; LIPIETZ, Alain; SINGH, Ajit. "The rise and fall of the Golden Age". In: MARGLIN, Stephen e SCHOR, Juliet B. (eds). The Golden Age of Capitalism. Reinterpreting the Postwar Experience. Oxford, Clarendon Press, 1990, p. 39-125.

KONDRATIEFF, Nikolai D. "Las ondas largas de la coyuntura". In: KONDRATIEFF, N. D. e GARVY, D. Las Ondas Largas de la Economía. Madri, Revista de Occidente, 1946, p. 1-58.

LAPLANE, Mariano F. O Complexo Eletrônico na Dinâmica Industrial dos Anos 80. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Tese de Doutorado, 1992.

LEBORGNE, Danièle e LIPIETZ, Alain. "Deux stratégies sociales dans la production des nouveaux espaces économiques". CEPREMAP, Paris, N. 8.911, 1988.

\_\_\_\_\_. "Pour éviter l'Europe à deux vitesses". CEPREMAP, Paris, N. 8.923, 1989.

\_\_\_\_\_. "Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial". In: VALLADARES, Licia e PRETECEILLE, Edmond. (Coords.). Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios. São Paulo, Nobel, 1990, p. 17-43.

\_\_\_\_\_. "Idées fausses et questions ouvertes de l'après-fordisme". Espaces et Sociétés, Paris, L'Harmattan, N. 66-67, 1992: 39-68.

LEFOURNIER, Philippe. "La reprise de la croissance est-elle durable ?". Problèmes Economiques, Paris, N. 2.176, 23 de maio de 1990: 1-5.

LIPIETZ, Alain. "Crise de l'Etat-Providence". Les Temps Modernes, Paris, 1983a:890-935.

\_\_\_\_\_. "Crise et nouvelles tendances". Les Cahiers Français, Paris, N. 209, jan.-fev. 1983b: 56-57.

\_\_\_\_\_. L'Audace ou l'Enlèvement. Sur les Politiques Economiques de la Gauche. Paris, La Découverte, 1985.

\_\_\_\_\_. "Les rapports capital-travail à l'aube du XXI<sup>è</sup> siècle". CEPREMAP, Paris, N. 9.016, 1990.

\_\_\_\_\_ e LEBORGNE, Danièle. "O pós-fordismo e seu espaço". Espaço & Debates, São Paulo, N. 25, 1988: 12-29.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. Las Ondas Largas del Desarrollo Capitalista. La Interpretación Marxista. Madri, Siglo XXI de España Editores, 1986.

MARTINS, José A. "Apertando o cerco/Zeroing in on capital". Executive News, São Paulo, Icaro Editora, N. 19, 1992: 8-14.

MARX, Karl. Teorias da Mais-Valia. São Paulo, DIFEL, Vol. II, 1983.

MAZZUCHELLI, Frederico. A Contradição em Processo. São Paulo, Brasiliense, 1985.

MINSKY, Hyman P. "Financial crises and the evolution of capitalism: the crash of '87 - what does it mean?". In: GOTTDIENER, Mark e KOMNINOS, Nicos. (eds.). Capitalist Development and Crisis Theory: Accumulation, Regulation and Spatial Restructuring. Londres, Macmillan, 1989, p. 391-403.

L'Observateur de l'OCDE. "La politique d'innovation dans les pays membres de l'OCDE". Paris, N. 106, setembro de 1980: 15-17.

OECD Observer, The. "Stimulating innovation in small and medium firms". Paris, N. 113, novembro 1981:21-25.

OMINAMI, Carlos. Le Tiers Monde dans la Crise. Paris, La Découverte, 1986.

RATTNER, Henrique. "O novo paradigma tecnológico e industrial". Folha de S. Paulo, 2 de setembro de 1988.

SANTOS, Theotônio dos. A Crise Internacional do Capitalismo e os Novos Modelos de Desenvolvimento. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, trabalho apresentado ao Concurso para Professor Titular na Faculdade de Ciências Econômicas, 1985. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável. Petrópolis, Vozes, 1993.

SCOTT, Allen e STORPER, Michael. "Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução teórica". Espaço & Debates, São Paulo, N. 25, 1988: 30-44.

STORPER, Michael. "A industrialização e a questão regional no terceiro Mundo". In: VALLADARES, Lícia e PRETECEILLE, Edmond. (coords.). Reestruturação Urbana, Tendências e Desafios. São Paulo, Nobel, 1990, p. 120-147.

\_\_\_\_\_. e SCOTT, Allen J. "Production, work, territory: contemporary realities and theoretical tasks". In: SCOTT, Allen J. e STORPER, Michael. (eds.). Production, Work, Territory, The Geographical Anatomy of Industrial Capitalism. Winchester, Allen & Unwin, 1986, p. 3-15.

TAVARES, Maria da Conceição. Ajuste e Reestruturação nos Países Centrais - A Modernização Conservadora. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, 1990.

\_\_\_\_\_. "Tendências de globalização, crise do Estado Nacional e seus impactos sobre o Brasil". Cadernos ANGE. Textos Didáticos, Rio de Janeiro, N. 6, 1993.

Time. "The high-tech challenge". Chicago, Vol. 124, N. 3, 16 de julho de 1984: 42-47